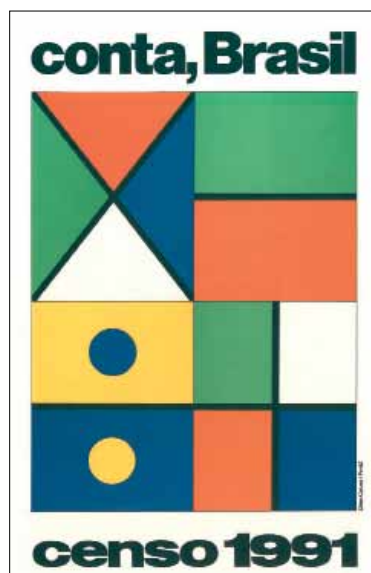


## MEMÓRIA



Cartazes de divulgação dos censos, que contam os habitantes do país a cada 10 anos

# Um país em números

Aos 80 anos, IBGE modernizou os serviços de estatísticas sociais e econômicas no Brasil, mas hoje enfrenta falta de recursos

Rodrigo de Oliveira Andrade

Os registros estatísticos produzidos no Brasil até a década de 1930 eram irregulares e imprecisos. Apesar do esforço em se obter informações constantes e padronizadas e de se conhecer melhor o país do ponto de vista geográfico e cartográfico, o Brasil passou pelas primeiras décadas do século XX sem dispor de um acervo sistematizado de informações que dessem a real dimensão do território e de seu potencial agrícola, produtivo e comercial. Foi com o objetivo de modernizar e, acima de tudo, centralizar os instrumentos de estudo e levantamento estatísticos sobre aspectos diversos da vida nacional que foi criado em 29 de maio de 1936 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que completa 80 anos.

O IBGE surgiu em um contexto histórico marcado pela percepção da necessidade de promoção do desenvolvimento nacional, processo este que deveria ser comandado pelo governo federal. Esse esforço envolvia a modernização e a centralização de instrumentos técnicos, como o de informação estatística, na esfera estatal.



A necessidade de um órgão que abrigasse esses dados levou o então diretor de estatística do Ministério da Educação, Mário Augusto Teixeira de Freitas, a desenvolver um modelo de gerenciamento de informações territoriais em que as decisões operacionais fossem concentradas em um único órgão coordenador. “A criação do IBGE, à época Instituto Nacional de Estatística (INE), representou um movimento de renovação

da estatística brasileira em termos operacionais e de ampliação das atividades de captação de dados relacionados a assuntos de interesse do Estado”, conta o historiador Nelson Senra, pesquisador do órgão.

A geografia foi incorporada ao INE meses após sua criação. Em novembro de 1936, durante a Convenção Nacional de Estatística, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, então diretor do instituto, destacou



Exposição Nacional dos Mapas Municipais de 1940 inaugurada por Getúlio Vargas (à esq.); caminhão de campanha de divulgação do Censo de 1950

a necessidade de serem elaboradas cartas físicas e políticas do território dos estados com a divisão de seus municípios. No entanto, faltava um órgão que se dedicasse exclusivamente aos levantamentos geográficos e informasse a localização das áreas que seriam cobertas pelos censos, de modo a fornecer dados geográficos aos levantamentos estatísticos. Em março de 1937, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), que assumiu a responsabilidade pelos projetos de reconhecimento do território nacional.

Material censitário prestes a ser enviado para Goiás dias antes do início dos trabalhos de 1950

“O CBG foi incorporado ao INE em 26 de janeiro de 1938, e a geografia e a cartografia passaram a ter um papel fundamental na qualidade dos levantamentos estatísticos no Brasil”, relata o engenheiro cartógrafo Cláudio João dos Santos, do Departamento de Engenharia Cartográfica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Segundo Santos, atribuiu-se tanta importância ao IBGE que o então presidente Getúlio Vargas (1882-1954) sugeriu





que o órgão fosse instalado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, então sede do poder executivo e residência oficial da Presidência. Em 1938, Vargas decretou que os 1.540 municípios brasileiros elaborassem mapas de seu território. “Os municípios que não apresentassem seus mapas até 1940 teriam seu território anexado ao município vizinho”, explica Santos. “Todos entregaram os mapas.” À época, geógrafos estrangeiros vieram ao Brasil treinar geógrafos do IBGE, incentivando-os a fazer cursos no exterior, sobretudo na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. “Este intercâmbio desencadeou estudos geográficos em diferentes regiões brasileiras”, explica o engenheiro cartógrafo Luiz Henrique Castiglione, da Faculdade de Engenharia da Uerj.

Em 1941, Teixeira de Freitas elaborou e apresentou a Vargas o Plano de Base para o Brasil, documento que apresentava propostas relacionadas à unidade e integração nacional. Os pontos incluíam o reaparelhamento administrativo, a redivisão territorial, a interiorização

da capital do país, entre outros. Em 1942, a partir da adoção da divisão regional do Brasil em cinco regiões geográficas proposta pelo engenheiro e geógrafo carioca Fábio de Macedo Soares Guimarães (ver Pesquisa FAPESP nº 158), o IBGE expandiu suas atividades aos estudos de geografia humana e regional. “Era preciso redescobrir o Brasil e mergulhar em aspectos de sua realidade até então desconhecidos”, comenta Senra. Para isso, o IBGE adotou como método de investigação expedições de campo, que permitiam observações detalhadas do processo de ocupação do território e estudos inéditos de transformações espaciais no país.



Contabilização de dados de 1940 (à esq.). Em 1960, o instituto passou a usar um computador de grande porte

Coleta de dados no bairro da Rocinha, no Rio de Janeiro, em 1970

Em 1943, a expedição ao Jalapão inaugurou um período de três décadas de expedições geográficas ao estudar a região localizada na divisa dos estados de Goiás (hoje Tocantins) e Bahia. Em 1949, o instituto assinou um convênio com a Comissão do Vale do Rio São Francisco para realizar levantamentos geológicos e geomorfológicos da bacia do rio e investigar sítios para a construção da Usina de Paulo Afonso. Em 1953, o órgão percorreu toda a área de transição da Amazônia com o Centro-Oeste e o Nordeste, resultando no estudo *Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico*, divulgado na *Revista Brasileira de Geografia* – publicação científica editada pelo próprio instituto entre 1939 e 1996 e que em agosto de 2016 será relançada em comemoração aos 80 anos do IBGE.

Os estudos demográficos, sociais e econômicos foram determinantes para a construção da credibilidade e relevância do IBGE ao longo das décadas, na avaliação do sociólogo Simon Schwartzman, presidente do órgão entre 1994 e 1998 e hoje pesquisador do Instituto



de Estudos do Trabalho e Sociedade. A partir dos anos 1970, o IBGE se tornou uma Fundação Pública de Direito Privado e passou a dar mais ênfase às estatísticas econômicas, valendo-se de novos métodos e tecnologias para produzir informações sobre a evolução da economia em todos seus aspectos, o tamanho e a distribuição da população, emprego, educação, renda, índices de preço e contas nacionais.

Com tantos serviços prestados, a sigla IBGE se tornou conhecida dos brasileiros graças aos grandes censos demográficos, que contam os habitantes do país a cada 10 anos e colhem informações específicas sobre a população. “Um dos méritos do instituto nesses 80 anos foi ser capaz de manter uma equipe técnica e profissional que deu continuidade aos trabalhos, sem interrupções ou mudanças bruscas de orientação”, avalia Schwartzman. Por outro lado, ele diz, o IBGE perdeu relevância em relação à produção de mapas

Propaganda no estádio do Maracanã durante intervalo de jogo entre Flamengo e Vasco, em 1960

e informações territoriais, hoje produzidas por grandes empresas internacionais, ainda que siga produzindo mapas e cartas com a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

O principal problema do instituto nas últimas décadas, segundo o sociólogo, é a incerteza em relação aos recursos, que por vezes impedem que trabalhos importantes sejam feitos. Recentemente, foi preciso cancelar duas pesquisas de grande porte

por falta de verbas decorrente de cortes no orçamento do órgão: o Censo Agropecuário e a Contagem Populacional de 2016, cujos custos estimados eram de R\$ 330,8 milhões e R\$ 2,6 bilhões, respectivamente. Para Schwartzman, uma área na qual o órgão poderia ter uma atribuição mais forte é a ambiental, ao combinar dados geográficos, climáticos, econômicos e sociais e acompanhar como está evoluindo a situação ambiental do país. ■



Em Aldeia Velha, Bahia, indígenas recebem funcionários do IBGE em 2010